

A PRODUÇÃO DO DICIONÁRIO *CALDAS AULETE DIGITAL*: RELAÇÕES ENTRE INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA¹

Daiane Siveris²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações a respeito de nosso objeto de estudo da Tese de Doutorado, com vistas a explicitar o modo de constituição do dicionário digital, especificamente o dicionário *Caldas Aulete*. Para isso, apresentaremos as condições de produção desse instrumento linguístico, bem como as relações que buscamos estabelecer entre infraestrutura e superestrutura em uma visão materialista da linguagem.

Palavras-chave: Dicionário; condições de produção; sentido.

THE PRODUCTION OF *CALDAS AULETE DIGITAL* DICTIONARY: RELATIONS BETWEEN INFRASTRUCTURE AND SUPERSTRUCTURE

Abstract: This work aims to present some considerations on the object of study of our Doctorate Dissertation, in order to explain the way of constitution of the digital dictionary, specifically *Caldas Aulete* dictionary. To do so, we are going to present the conditions of production of this linguistic instrument. In addition, we aim to establish relations between infrastructure and superstructure in a materialistic language approach.

Key words: Dictionary; conditions of production; meaning.

Considerações iniciais

Este trabalho, sob a perspectiva teórico-metodológica da teoria materialista do discurso, tem por objetivo apresentar reflexões preliminares advindas de nossa Tese, que está em fase inicial de escrita. O objetivo de nosso trabalho de Doutorado é explicitar o modo de constituição do dicionário *Caldas Aulete digital*, buscando compreender quais os critérios estabelecidos pela equipe de lexicógrafos para realizar a filtragem e a edição dos verbetes e de seus significados na constituição do dicionário digital, bem como compreender como esses critérios são determinantes para normatizar e instrumentar uma língua, no caso a língua portuguesa.

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada em Simpósio no 62º GEL, realizado em Campinas/SP, no mês de julho de 2014.

² Doutoranda em Estudos da Linguagem Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS, Brasil. daiasiveris@gmail.com

O recorte que efetuamos para este trabalho refere-se às condições de produção do dicionário *Caldas Aulete digital*, bem como às relações entre infraestrutura e superestrutura que buscamos estabelecer ao pensar o conceito de língua nesse dicionário. Para tanto, em um primeiro momento, apresentaremos as condições sócio-históricas e ideológicas em que foi produzido o dicionário digital e, em um segundo momento, traçaremos alguns pontos sobre os conceitos de infraestrutura e superestrutura, tal como desenvolvidas por Karl Marx e, posteriormente, por Louis Althusser, fundamentais para que possamos compreender onde se situa a língua, pensando os dois conceitos, veiculada pelo dicionário digital.

As duas noções que explicitaremos tornam-se importantes porque observamos no dicionário digital, pelo menos, duas posições-sujeito distintas: a posição-sujeito lexicógrafo, que é, além de conhecedor da língua, um sujeito especialista da sua estrutura e do seu funcionamento, e a posição-sujeito falante da língua, que é partícipe da construção do dicionário, por meio do envio de verbetes e de suas respectivas definições aos lexicógrafos, sendo conhecedor, muitas vezes, apenas do funcionamento da língua em uso diariamente. As duas noções ó infraestrutura e superestrutura ó estão, a nosso ver, relacionadas a essas posições-sujeito, porque, se o dicionário segue determinada política instaurada pelo Estado, por exemplo, ele atende determinada estrutura em detrimento de outra.

Condições de produção do dicionário *Caldas Aulete digital*

Para explicitar as condições de produção do dicionário digital, partimos da edição impressa do dicionário de Caldas Aulete, intitulado *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, pois a versão digital, nosso objeto de análise na Tese, é elaborada com base na edição impressa. Assim, é necessário explicitar as especificidades de cada um - edição impressa e edição digital - para que seja possível compreender o modo de constituição específico do dicionário digital.

Em relação ao dicionário impresso, destacamos que a autoria é atribuída a Francisco Júlio Caldas Aulete (1826 ó 1878), lexicógrafo português, escritor, político e jornalista. Em sua vida, o autor dedicou-se principalmente ao ensino. Foi professor da Escola Normal Primária de Marvila, da Escola Académica e do Liceu de Lisboa. Dentre suas principais obras figuram *Cartilha Nacional*, método para aprender simultaneamente a ler, a escrever, a

ortografar e a desenhar, 1873 (4ª ed.); *Selecta Nacional*, curso prático de literatura portuguesa em três volumes: Literatura (1875), Oratória (1875) e Poesia (1877), todos publicados em Lisboa; *Gramática Nacional* (Curso Elementar), adotada pelo Conselho Geral de Instrução Pública, também publicada em Lisboa, em 1864, seguida de uma nova edição em 1875, sendo aprovada oficialmente para as escolas públicas; e organizou a *Enciclopédia das Escolas Primárias*, juntamente com José Maria Latino Coelho, em 1869.

Embora Caldas Aulete tenha falecido em 1878, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de sua autoria, continua sendo publicado sob seu nome atualmente, como veremos mais adiante. A primeira edição desse dicionário data de 1881 e foi publicada em Lisboa. A essa edição seguem-se mais duas, a de 1925 e a de 1948, também publicadas em Portugal. A primeira edição portuguesa (Fig. 1) é publicada em um único volume e apresenta dois textos introdutórios, um de apresentação do dicionário e outro intitulado *Plano*, no qual podem ser observados os objetivos da elaboração dessa edição.

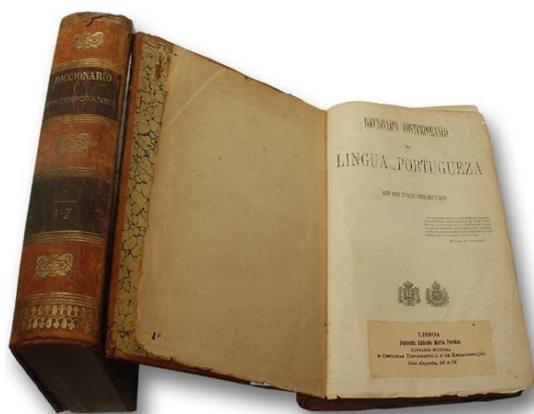


Figura 1 a 1ª edição portuguesa

No Brasil, esse dicionário é editado pela primeira vez em 1958 (Fig. 2), e a essa edição seguem-se mais quatro a 1964, 1974, 1980 e 1986 a ambas publicadas pela editora Delta, do Rio de Janeiro. Conforme indicação nas páginas iniciais do dicionário, em suas edições brasileiras, a revisão, a atualização e a ampliação foi realizada por Hamílcar de Garcia. Essas edições também apresentam, em seus textos introdutórios, sob a responsabilidade de Antenor Nascentes, estudos sobre a *Origem e Evolução da Língua Portuguesa*, sua *Expansão no Brasil* e uma *Exposição da Pronúncia Normal Brasileira*.

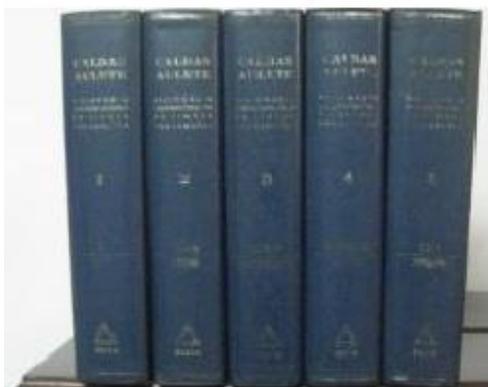


Figura 2 ó 1ª edição brasileira

Em 2004, o dicionário é publicado em uma versão mini (Fig. 3), uma versão escolar, pela editora Nova Fronteira, e distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às escolas públicas. E, em 2005, é publicada uma versão escolar ilustrada (Fig. 4). Cabe destacar que ambas as versões continuam a atribuir a autoria a Caldas Aulete, conforme pode ser visto nas capas de ambas as versões.

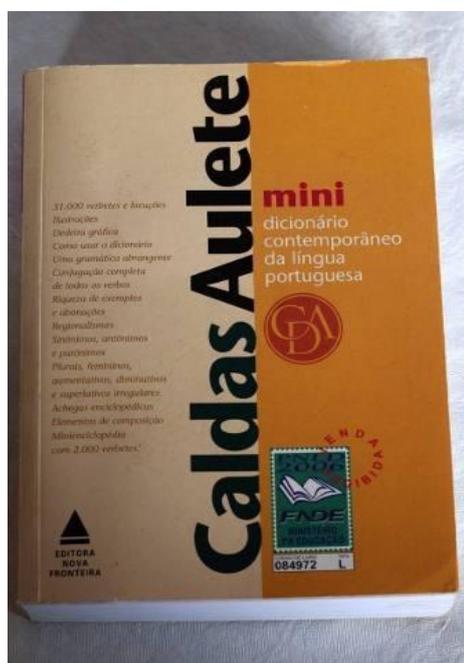


Figura 3 ó edição mini, escolar.



Figura 4 ó edição ilustrada.

Na década de 80 do século XX, o dicionário que foi publicado inicialmente em Portugal e depois atualizado no Brasil é impresso pela última vez, e essa edição é a que deu origem ao dicionário *Caldas Aulete Digital*, que é resultado do desenvolvimento de um projeto realizado pela editora Lexikon. Neste projeto, o objetivo maior da editora era desenvolver um dicionário, com recursos advindos da Lei Federal de Incentivo à Cultura nº 8.313/91, a Lei Rouanet. Entretanto, esse desenvolvimento não se daria de modo semelhante aos demais dicionários, pois se buscava a ãrecriação de um dos mais tradicionais e respeitados registros da língua portuguesa e a reinvenção do próprio conceito de dicionário (PROJETO LEXIKON, 2006, p. 1).

O propósito da editora era atualizar o conteúdo da obra, que teve sua última edição no Brasil na década de 1980, conforme já mencionado. Em conformidade com o Projeto Lexikon (2006),

atualizar o *Caldas Aulete* significa dar vida nova a uma obra reconhecida por especialistas como um dicionário fundamental, incorporando as mais recentes acepções e os mais modernos conceitos de funcionalidade e praticidade que uma obra de consulta deve ter. É, enfim, reinventar o dicionário (p. 1).

Este dicionário, ao ser atualizado, não é veiculado como edição impressa, mas como ferramenta digital, criada para interagir com os usuários da língua, para compartilhar o conhecimento. Nasceu para ser uma obra aberta, viva, mudando e crescendo junto com a língua, e com isso tornar-se o maior banco de dados do idioma (cf. *Ibid.*).

A característica desse dicionário é constituir-se de dois módulos: 1) o dicionário *Caldas Aulete* em sua versão original (*Verbete Original*) e 2) os verbetes atualizados (*Verbete Atualizado*) referentes ao léxico contemporâneo, que conta com a colaboração dos usuários da língua.

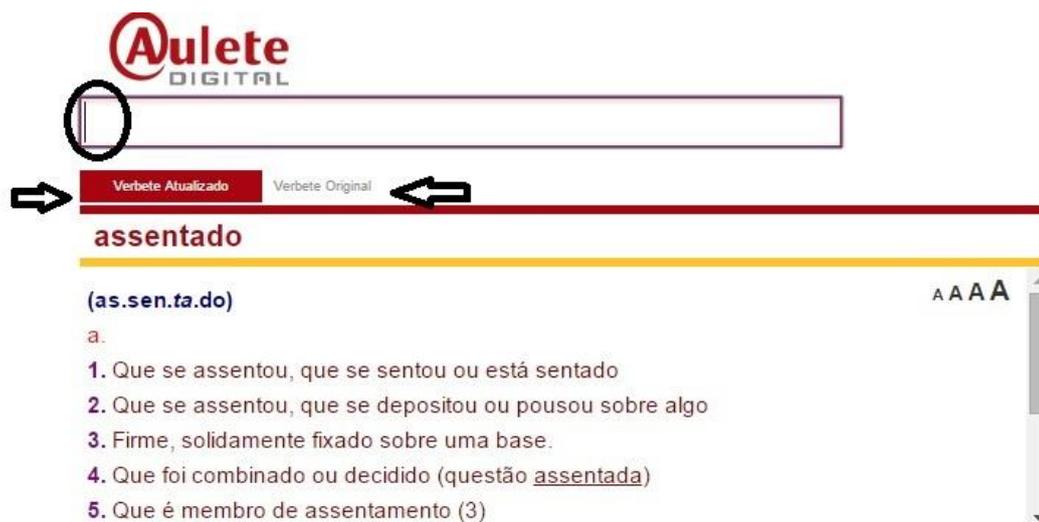


Figura 5 ó imagem do dicionário digital (verbetes atualizado e verbete original)

Ao digitar uma palavra no espaço em branco, onde se situa o cursor (circulado em cor preta na Fig. 5) e teclar Enter no teclado do computador, aparece a definição do Verbetes Atualizado (seta indicando para a direita na Fig. 5), bem como uma òabaö ao lado, denominada Verbetes Original (seta indicando para a esquerda na Fig. 5), que contém a definição conforme consta no dicionário impresso.

Na constituição desse dicionário, a participação dos sujeitos falantes está condicionada à filtragem e à edição lexicográficas. Segundo o Projeto Lexikon (2006), o *Caldas Aulete* (o dicionário) terá, em seu primeiro momento, como parceiros na construção do corpus da língua portuguesa, o jornal O Estado de São Paulo, bem como a Rede Globo de Televisão, que òtêm na língua seu instrumento de comunicação e que representam um universo de seu uso real em praticamente todos os setores da vida contemporâneaö (p. 1). Em um segundo momento, a participação é estendida também aos sujeitos falantes em geral, desde que sejam conhecedores da língua, falantes de todos os países que têm a língua portuguesa como oficial. A participação dos sujeitos falantes, contudo, em conformidade com a descrição realizada no projeto da editora, é realizada por meio de um cadastro no site da Lexikon Editora Digital e, na sequência, pelo envio da contribuição mediante uma ficha que deve ser preenchida com alguns dados e algumas informações referentes ao verbete.

Na apresentação do projeto da editora, há várias questões pertinentes a serem analisadas sob o viés da teoria materialista (conceito de língua, colaboração do jornal O

Estado de São Paulo e Rede Globo de Televisão, título do dicionário que se funde e se confunde com o nome do autor, dentre outras), mas o que neste momento nos interessa é compreender como funciona a relação entre infraestrutura e superestrutura, cujos conceitos Marx e Althusser propõe.

Infraestrutura e superestrutura

Tratar dos conceitos e das relações entre infraestrutura e superestrutura remete-nos ao autor que cunhou esses conceitos na teoria materialista, Karl Marx (1985), e os quais foram desenvolvidos posteriormente por Louis Althusser (2008). Portanto, buscamos nas obras desses autores alguns fundamentos referentes aos conceitos de superestrutura e infraestrutura. Segundo Marx (1985), em sua obra *Sociologia*, ao trabalhar questões voltadas às relações jurídicas, bem como às formas de Estado, afirmando que essas relações têm suas raízes nas condições materiais de existência, ou seja, na realidade social que abarca os homens, ressalta que

os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 1985, p. 82).

Todo o processo da vida material, diária, vivida, experienciada é fundamento da vida social, condiciona a produção social, material e intelectual. Na obra de Michel Pêcheux (2009), *Semântica e Discurso*, observaremos que ele trata da divisão social do trabalho, que está diretamente relacionada com o lugar social que o sujeito ocupa. Essa divisão social do trabalho desempenha um papel determinante na estrutura econômica da sociedade. Sobre essa estrutura erigem-se leis e normas superestruturais jurídicas e políticas que determinam, por sua vez, as relações entre as classes sociais.

Para Marx (1985), a infraestrutura e a superestrutura são articuladas por uma determinação específica. A primeira, também compreendida como a base econômica, é a unidade das forças produtivas com as relações de produção, e a superestrutura comporta dois níveis, duas instâncias: o jurídico-político (Direito e Estado) e o Ideológico (diferentes ideologias). Essas duas estruturas convivem na sociedade, determinando e sendo

determinadas uma pela outra. As forças produtivas - os homens - são determinadas pela sua realidade social, ou seja, de que devem continuar produzindo, por exemplo, para que recebam seu salário e, conseqüentemente, possam sustentar-se economicamente e continuar produzindo. A superestrutura intervém determinando, por exemplo, juridicamente, que a esses homens seja assegurado o direito à remuneração. O que determina que essas relações estabeleçam-se é a realidade social, em primeira instância, e a consciência que os homens têm de seu lugar social enquanto força produtiva. Todas essas relações são permeadas por ideologias que, para Marx, são determinadas pela superestrutura.

Althusser (2008), em sua obra *Sobre a Reprodução*, por sua vez, partindo dessas concepções de infraestrutura e superestrutura de Marx (1985), apresenta a metáfora do edifício, que corresponde ao seguinte, segundo o autor: concebe-se a estrutura de toda sociedade como um edifício que comporta uma base (infraestrutura) sobre a qual se erguem os dois patamares da superestrutura (jurídico-político e ideológico). Segundo Althusser (2008), os andares superiores (superestrutura) não poderiam manter-se no ar por si sós, se não repousassem sobre os alicerces, a base (p. 79). Desse modo, para o autor, a superestrutura está determinada pela infraestrutura. Contudo, ao pensar dessa forma, essa distinção ficaria em um âmbito apenas descritivo.

Por isso, Althusser (2008) vai além das proposições de Marx (1985) e apresenta a relação dialética existente entre a infraestrutura e a superestrutura, ou seja, insere essa questão na empiria, na prática. O autor afirma que, para Marx, é na superestrutura que se encontra a ideologia, tendo em vista que uma das instâncias da superestrutura é o Ideológico, por meio do qual se reprimem as forças produtivas. Contudo, para Althusser (2008), não se pode desconsiderar que a ideologia está ancorada em dois pontos fundamentais: nos discursos e nas práticas sociais, por meio dos quais a superestrutura (o Estado) faz agir seu aparelho repressor (Polícia) e seus aparelhos ideológicos (Escola, Família, Religião etc), representando as classes no poder. Entretanto, discursos e práticas sociais também constituem a infraestrutura.

Para tratar dessas questões, Althusser (2008) propõe que se pense na reprodução das relações de produção (p. 163), cujas relações e a própria reprodução estariam garantidas pela superestrutura. Na visão desse autor, isso se daria por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Assim, a superestrutura estaria centrada no Estado e pensada como ideologia de Estado. O tempo de duração de determinado modo de produção (no caso que analisaremos,

pensamos no modo como são produzidos os dicionários historicamente e como vem ocorrendo alterações nesse modo de produção) depende da superestrutura que garante a reprodução desse modo de produção.

Althusser (2008) ainda ressalta que o trabalho que desenvolve sobre a reprodução das relações de produção, bem como sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, está ancorado na superestrutura, que, sob o olhar do autor, é secundária e não determinante em última instância. Para ele o que se passa, ou pode se passar, na superestrutura depende, portanto, em última instância do que se passe (ou não) na infra-estrutura, entre as forças produtivas e as relações de produção (p. 185). Contudo, tendo em vista que, para o autor, são os Aparelhos Ideológicos de Estado que garantem a reprodução das relações de produção, é importante destacar que os Aparelhos Ideológicos de Estado somente garantem a reprodução das relações de produção se assegurar o jogo das relações de produção. Isso reforça a ideia do autor em relação ao fato de que a infra-estrutura determina a superestrutura, porque os Aparelhos Ideológicos de Estado agem, atuam, exercem sua atividade no jogo das relações para garantir a reprodução dessas relações de produção. Logo, se pensarmos que os Aparelhos Ideológicos de Estado servem aos interesses da superestrutura, é importante destacar que a ideologia ali também se encontra e cria as condições de repressão, de dominação e de exploração. No entanto, não é a ideologia em si que é repressora, por exemplo, mas sim os mecanismos, os aparelhos em que ela se realiza.

Para o autor, a infra-estrutura está à mercê da ideologia, pois é esta que determina a representação imaginária dos sujeitos, imaginário este que determina, por sua vez, as condições de existência reais dos sujeitos. É por meio da ideologia que os homens representam-se e representam suas relações com as condições de existência reais e seus modos de produção, pensando pelo viés da teoria materialista do discurso.

Contudo, segundo Althusser (2008),

é evidente que não se pode conceber o sistema de direção ideológica da sociedade pela classe dominante, isto é, os efeitos de consenso da ideologia dominante como puro e simples dado, como um sistema de órgãos definidos que decorressem automaticamente da dominação violenta da própria classe ou fossem instalados, pela clarividência política dessa classe, com determinados fins, definidos por suas funções (p. 239).

A ideologia dominante deve ser entendida como resultado da luta de classes por meio da qual a burguesia luta contra a antiga ideologia dominante e contra a ideologia da nova classe explorada. Ao mesmo tempo, então, luta internamente para superar as contradições e para estabelecer-se como ideologia dominante. Além disso, a ideologia dominante está ancorada nos Aparelhos Ideológicos de Estado e não se realiza fora destes. Contudo, são as práticas sociais e os discursos da infraestrutura que determinam a ideologia dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Discursos e práticas determinam as forças de repressão e as formas simbólicas, por exemplo, do Aparelho de Estado policial e do Aparelho Ideológico de Estado Escolar, respectivamente. O Aparelho de Estado é repressor, atua por meio da violência física e da coerção; o Aparelho Ideológico de Estado, por sua vez, atua pela violência simbólica, pela ideologia, e é esse o lugar da dominação.

A partir disso, Althusser (2008) concebe que todas as formas de ideologia estão na superestrutura, pois é ela (a ideologia) que cria e estabelece as condições de repressão, de dominação e de exploração. Nesse sentido, a contribuição de Althusser (2008) a respeito das relações entre infraestrutura e superestrutura reside no fato de que ele situa a ideologia na materialidade concreta, ou seja, nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na superestrutura.

Relações entre dicionário e infraestrutura e superestrutura

A partir das concepções teóricas apresentadas, realizaremos algumas análises, ainda que breves, lançando nosso olhar sobre o lugar da língua no dicionário *Caldas Aulete digital*, para compreender a relação entre infraestrutura e superestrutura no presente caso. Inicialmente, podemos pensar que as forças produtivas da sociedade de que fala Marx (1985), ou seja, os seres, as forças orgânicas, constituem a infraestrutura, porque é no modo de produção econômico que constitui a estrutura da sociedade, isto é, a realidade sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política que se situa o sujeito falante da língua, a massa capaz de determinar alterações na língua cujos sentidos posteriormente passam a fazer parte do dicionário. A língua é afetada em diferentes épocas de tal modo que os sentidos estão sujeitos a diferentes valores simbólicos que traduzem os momentos históricos e os modos de produção. As alterações, quando são produzidas, dão-se primeiro na base econômica, nas relações entre sujeitos no cotidiano, para posteriormente afetarem de algum modo a

superestrutura. Com base nisso, apresentamos alguns recortes discursivos que podem ajudar a compreender as relações entre infraestrutura e superestrutura:

RD1: A colaboração aberta ao público permitirá, após as devidas e necessárias filtragem e edição lexicográfica, que o acervo de palavras contemplado se confunda com o universo da língua tal como verdadeiramente usada em todos os níveis, lugares e épocas, a partir de seu uso e de seus usuários.

RD2: Uma língua não é construída por lexicógrafos, filólogos ou gramáticos. Eles a registram e sistematizam, mas que a faz, sobretudo, é quem a usa no cotidiano, falando, escrevendo, lendo, cantando etc.

RD3: [...] você pode contribuir para a ampliação dos registros de nossa língua, ajudando a criar um dicionário mais completo.

RD4: [...] o Caldas Aulete se propõe a ser uma obra aberta, que muda e cresce junto com a língua [...]

RD5: Não é tarefa fácil. Mas é, certamente, um desafio que pode ser vencido com a sua colaboração, independentemente de sua profissão, posição social ou lugar onde vive.

Em relação ao RD1, é importante destacar a colaboração que está aberta ao público, à massa falante. Busca-se a participação da infraestrutura, de modo que se tenha no dicionário elementos da língua em funcionamento na sociedade. Contudo, nota-se também a intervenção da superestrutura em busca de uma língua imaginária, pois há um controle sobre os sentidos a serem dicionários, pois a participação dos sujeitos falantes passa pela filtragem e edição lexicográficas. Observa-se aí o funcionamento da língua na infraestrutura regulado pela normatização superestrutural.

No RD2, destacamos os termos registrar e sistematizar. A afirmação é de que essa seria a função dos lexicógrafos, filólogos e gramáticos. Contudo, registrar e sistematizar é diferente de editar e filtrar, conforme apresentado no RD1. Segundo Houaiss eletrônico (2009),

Registrar: inscrever em livro próprio, em registros cartoriais etc; assinalar por escrito, fazer o registro de; pôr (algo) em destaque; marcar, assinalar.

Sistematizar: organizar (diversos elementos) em um sistema; tornar sistemático, metódico, ordenado, coerente.

Editar: seleção e coordenação de materiais.

Filtrar: impedir a passagem de; reter; submeter a controle, retendo o essencial ou o desejado; selecionar, separar.

Observa-se a intervenção da superestrutura, uma vez que os lexicógrafos realizam a filtragem, ou seja, selecionam e controlam o que interessa em detrimento da participação de quem faz a língua, nas palavras da própria editora, que é aquele que usa a língua no cotidiano, o sujeito falante como um todo, advindo de diferentes lugares e classes sociais. Novamente há um retorno da superestrutura para controlar os sentidos a serem cristalizados em um dicionário, embora a cristalização deles no cotidiano, na língua falada, já exista.

No RD3, o leitor é convidado a participar da ampliação do dicionário, cujo objetivo da editora é tornar mais completo o dicionário. Nesse recorte nosso olhar volta-se para a desejo de completude, o que é uma ilusão, pois jamais se conseguirá registrar todos os sentidos em uso na sociedade. Contudo, é possível entender que esse desejo de completude dá-se devido ao controle de sentidos que se busca, mas não só o controle, como também a possibilidade de o dicionário ser usado e consultado por diferentes sujeitos de diferentes classes sociais e lugares. Assim, como o dicionário visa a diferentes leitores, atingirá seu objetivo de forma mais rápida, ou seja, quanto mais público atingir, mais conhecido ele será, propósito da maioria das editoras e dos autores.

O RD4 traz a proposta de o dicionário ser uma obra aberta, que muda e cresce junto com a língua, isto é, busca-se atualizar o dicionário conforme as alterações que ocorrem na língua. Contudo, nem todas as alterações de uma língua são dicionarizadas, pois há edição e filtragem. Talvez essa edição e filtragem ocorram para que somente aquilo que é consagrado pelo uso, aquilo que já está fixado na língua em funcionamento passe a ser cristalizado também em um dicionário. Contudo, sentidos outros sempre escapam, fogem à normatização, uma vez que a completude é algo ilusório em uma língua viva.

Quanto ao RD5, é importante observar que o público a que se visa abranger é amplo, pois independe de profissão, posição social ou lugar onde vive o sujeito, lugar este que abarca todos os países falantes de língua portuguesa. Mesmo afirmando que a colaboração é aberta ao público, acreditamos que ela acaba ficando restrita a determinado grupo social, pois é importante questionarmos qual o imaginário de sujeito que aí se instaura. Que sujeito é esse que colabora, de fato, enviando verbetes e quais os verbetes selecionados?

Considerações finais

Partindo dessas breves considerações analíticas, com base em Marx (1985) e Althusser (2008), pensamos que todo o processo da vida material diária, vivida, determina o sujeito, pois ele se constitui enquanto tal pelas suas práticas cotidianas. Por um lado, se pensarmos nas práticas dos sujeitos, observaremos que não é qualquer sujeito que é colaborador na elaboração do dicionário, mas sim aquele sujeito que por sua prática tem algum conhecimento a respeito das tecnologias, por exemplo, porque o primeiro passo é conhecer o dicionário, que é online, necessitando, portanto, de internet. Em um segundo momento, é necessário que, além de conhecer o dicionário, esse sujeito também saiba localizar o formulário que deve ser preenchido para então poder enviar o verbete com a definição. Pensando assim, nota-se que não é um sujeito somente falante da língua, mas um sujeito especializado que, no mínimo, conhece as ferramentas. Logo, poderíamos pensar que o objetivo da editora, de seu projeto, recai em um processo mesmo que a elaboração de um dicionário canônico, por exemplo, ou seja, elaborado por especialistas da língua, entendidos estes como lexicógrafos, gramáticos e filólogos, mas que, devido aos recursos de uma Lei Federal, é instigada a chamar à participação o público em geral, tornando-o, conseqüentemente, um dicionário peculiar, pois trabalha a língua viva, em funcionamento cotidianamente. Por outro lado, entretanto, também é necessário entender que os meios materiais de produção estão se alterando, pois cada vez mais o sujeito tem acesso às tecnologias. Dessa forma, pensamos que, em função disso, a política do dicionário é a de uma construção coletiva, que reúne em um dicionário diferentes possibilidades de uma língua.

Retomando os pressupostos sobre infraestrutura e superestrutura, Althusser (2008) afirma que a ideologia está na superestrutura, ou melhor, o Ideológico é uma das instâncias da superestrutura. Entretanto, não se pode esquecer que a ideologia está também nos discursos e nas práticas, constitutivos da infraestrutura, ou seja, por meio de práticas sociais, a língua em funcionamento passa a significar diferentemente, atualizando sentidos, reconfigurando a língua viva. Quando o autor aponta que a reprodução das relações de produção estaria garantida pela superestrutura, pelos Aparelhos Ideológicos de Estado mais especificamente, é importante observar que, no caso do dicionário analisado, há reprodução das relações de produção, pois a relação infraestrutura/superestrutura é intrínseca à produção do dicionário, pois se continua elaborando dicionários com o conhecimento dos lexicógrafos e gramáticos, especialistas legitimados na área. Ademais, há normas de Estado (superestrutura) que seguem

sendo estabelecidas e impostas, a começar pelo próprio projeto da editora que foi elaborado por meio da Lei Rouanet, Lei de Incentivo à Cultura. Assim, observa-se que a relação infraestrutura/superestrutura mantém-se na elaboração do dicionário, isto é, cria-se um dicionário por meio de recursos de uma Lei Federal (superestrutura) que possibilita a participação dos sujeitos em geral na elaboração (infraestrutura), mas cuja participação é regulada pelas instituições normatizadoras (superestrutura). Contudo, mesmo que essa elaboração/constituição/publicação do dicionário não se estendesse aos sujeitos, ressalta-se que a infraestrutura sempre está presente, tendo em vista que as mudanças de sentido se dão na língua em funcionamento, e onde ela funciona efetivamente é na infraestrutura, por meio dos discursos e das práticas sociais cotidianas.

O que analisamos até o momento é bastante incipiente, mas já nos permite observar que há uma tentativa de implementação de uma política que aparentemente seria distinta das demais quando a questão se volta para a produção dicionarística. Contudo, quando analisada, essa política não passaria de reprodução das relações de produção, ou seja, um jogo de forças entre infraestrutura e superestrutura em que a participação da infraestrutura resumir-se-ia ao uso da língua, e a superestrutura manteria sua política de produção, pois ao editar e filtrar verbetes e definições é selecionado aquilo que é de interesse da superestrutura em detrimento da infraestrutura. Porém, não podemos esquecer de que tudo o que é dicionarizado primeiro tem sua estabilização no uso para depois ser inserido e legitimado no dicionário.

Logo, entendemos que as alterações na superestrutura advêm das alterações na infraestrutura. E é nesse jogo, seja na reprodução seja na movência de sentidos entre infraestrutura e superestrutura, que a nosso ver dão-se as relações de produção, qualquer que seja a produção dicionarística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARX, K. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 2009.

PROJETO LEXIKON. Editora Lexikon. 2006. Disponível em:
http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=o_que_e. Acesso em 16 de
setembro de 2014.

Recebido em 19/11/2014.

Aceito em 20/12/2014.